

1º Pedido

Substituição

AGÊNCIA		CONTA Nº										CLIENTE Nº				

TITULAR	NOME														
	MORADA														
	LOCALIDADE										C POSTAL				
											- MOZ				
	BI Nº					DATA DE EMISSÃO					/ /		ARQ. IDENT.		

OUTROS CONTACTOS	TELEFONES DE CONTACTO														
	EMPREGO:					RESIDÊNCIA:					CELULAR:				
	OUTROS CONTACTOS:														

NOME A GRAVAR NO CARTÃO	TÍTUTOS, NOME E APELIDO (MÁXIMO 25 LETRAS INCLUINDO ESPAÇOS)														

CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO DO CARTÃO VISA CONTACTLESS

- O cartão VISA CONTACTLESS, adiante designado por "cartão", é emitido pela Cooperativa de poupança e crédito, SCRL (CPC), em nome do proponente, adiante designado "titular", destinando-se a movimentar a conta de depósito a ordem indicada nesta proposta de adesão, através da sua utilização nos caixas automáticos (ATM), terminais de pagamento automático (TPA) e noutras máquinas automáticas.
- O cartão é propriedade da CPC, assistindo-lhe o direito de exigir a sua restituição e de o reter, designadamente através de um terminal, sempre que se verifique a sua indevida ou inadequada utilização, por razões de segurança e ainda nos demais casos previstos nestas condições e na lei.
 - A retenção do cartão por um terminal presume-se feita por razões de segurança.
 - A CPC poderá proceder, em qualquer momento, a substituição do cartão.
- A CPC não assume qualquer compromisso no que respeita ao funcionamento permanente das máquinas instaladas, não podendo, por isso, ser responsabilizado pela eventual não utilização das mesmas pelo titular do cartão.
- Ao titular do cartão será atribuído um número de identificação pessoal (NIP), o qual, constituindo a sua identificação, deverá ser apenas do seu exclusivo conhecimento. Este número e o cartão facultarão ao titular o acesso às máquinas indicadas em 1 destas condições.
 - O titular obriga-se a garantir a segurança do cartão e do NIP, bem como, a sua utilização rigorosamente pessoal e directa, designadamente:
 - Não entregando nem permitindo a sua utilização por terceiro, ainda que seu procurador ou mandatário;
 - Não revelando o seu NIP nem, por qualquer forma, o tornando acessível ao conhecimento de terceiro;
 - Memorizando o NIP e abstendo-se de o registar, quer directamente, quer por qualquer outra forma ou meio que seja inteligível ou de algum modo acessível a terceiro, e especialmente, no próprio cartão ou em algo que habitualmente guarde ou transporte juntamente com este.
 - Sempre que o cartão seja utilizado com correcta introdução do NIP, presume-se que o foi pelo titular;
 - Se se provar que o cartão foi utilizado por qualquer outra pessoa, presume-se que tal utilização foi consentida ou culposamente facilitada pelo titular.
- O titular obriga-se a comunicar a CPC quaisquer ocorrências anómalas, nomeadamente:
 - O extravio, furto, roubo ou falsificação do cartão;
 - O lançamento na incorrecto na referida conta de qualquer operação.
- O titular deve verificar com regularidade os lançamentos efectuados na sua conta e certificar-se, periodicamente, de que o cartão continua na sua posse, de modo a poder aperceber-se, o mais cedo possível, das ocorrências a que se refere o número anterior, devendo, quando as mesmas forem constatadas, tomar as medidas necessárias ao apuramento imediato dos factos e das respectivas circunstâncias.

5.2. A comunicação das ocorrências mencionadas na alínea a) do n° 5 deverá ser de imediato dirigida a qualquer uma das Agências da CPC, durante as horas normais do expediente, ou á SIMO (A comunicação deverá ser sempre confirmada, por escrito, nas 48 horas seguintes em qualquer Agência da CPC

5.2.1. O titular deverá também participar às autoridades policiais locais a ocorrência dos factos mencionados na alínea a) do n 5, devendo apresentar cópia ou certidão do respectivo auto a CPC.

5.3. A ser de imediato dirigida a qualquer umas das Agências da CPC, durante as horas normais do expediente ou a SIMO (A comunicação deverá ser sempre confirmada por escrito, nas 48 horas seguintes em qualquer Agência da CPC.

5.4. A comunicação das ocorrências mencionadas nas alíneas b) e c) do n 5 deverá ser dirigida durante as horas de expediente a qualquer uma das Agências da CPC, por escrito, imediatamente após o titular ter detectado os respectivos lançamentos na referida conta.

6. Correm por conta do titular do cartão os prejuízos sofridos em virtude da utilização abusiva do cartão, no período anterior a intermédio do cartão extraviado, Furtado, roubado ou falsificado.

7. Após a recepção da comunicação referida no n 5.2, a CPC diligenciará no sentido de impedir a movimentação da conta por intermédio do cartão extraviado. Furtado, roubado ou falsificado.

8. Se o titular negar que o cartão e o seu NIP tenham sido utilizados para efectuar uma operação, ou alegar que uma tal operação não foi correctamente efectuada, a CPC deverá provar que a operação foi correctamente registada e contabilizada e que não foi afectada por qualquer avaria técnica ou qualquer outra deficiência do sistema.

O registo correcto de operações similares, antes e depois da operação em causa, constituirá presunção de que o sistema funcionava correctamente.

9. A conta a movimentar através do cartão será debitada ou creditada no momento da sua utilização, desde que haja comunicação entre terminal e o computador central da CPC.

9.1. A CPC esta autorizada a debitar na conta do depósito a ordem indicada nesta proposta de adesão todas as operações de levantamento ou de transferência efectuadas através do referido cartão.

9.2. A CPC fica igualmente autorizada a debitar na mesma conta as comissões devidas pela utilização do cartão e, bem assim, o valor da anuidade, de acordo com o tarifário então em vigor, publicitado nos termos da lei.

9.3. As despesas a que houver lugar, incluindo as de colocação em lista de "situação anómala", pedidos de esclarecimento sobre movimentos extractos, pedidos de captura do cartão por motivos imputáveis ao titular, bem como as resultantes da substituição daquele, serão da responsabilidade do titular, ficando a CPC autorizado a debitar, na mencionada conta, a respective importância, de acordo com o tarifário então em vigor, publicitado nos termos da lei.

10. A operação de transferência conta a conta realiza se sob a exclusive responsabilidade do titular, o qual deverá assegurar-se de que digitou correctamente na máquina os elementos de identificação da conta para onde deseja transferir os fundos.

10.1. A ordem da transferência é irrevogável.

11. O cartão pode ser utilizado em **terminais de pagamento automáticos** (TPA), sendo a ordem de transferência para a conta do comerciante irrevogável.

11.1. A CPC é completamente alheia ao contrato celebrado entre o comerciante e o titular, subjacente a transferência realizada por meio do cartão, não podendo, consequentemente, ser, responsabilizada, por qualquer forma, pelo incumprimento do contrato pelo comerciante.

12. O titular do cartão receberá, por escrito, um extracto das suas operações, quer seja imediatamente após as ter efectuado (sob a forma de um talão), quer sob a forma de extracto de conta ou ainda actualização da caderneta de depósito.

13. A inobservância por qualquer das partes das obrigações assumidas nos termos destas condições gerais e da lei, constitui justo motivo de resolução imediata do contrato.

14. Sem prejuízo do estipulado no n 13, qualquer das partes pode livremente denunciar o contrato desde que o comunique por escrito, à parte contrária com uma antecedência mínima de três dias.

15. Em caso de morte, ausência, interdição ou inabilitação do titular, caduca o direito a utilização do cartão, devendo os respectivos herdeiros ou representantes, consoante as circunstâncias proceder de imediato à sua restituição.

16. Extinto o presente contrato por qualquer causa, o titular deverá proceder, de imediato a restituição do cartão, entregando-o em qualquer agência da CPC.

17. A CPC reserva-se o direito de alterar unilateralmente, as presentes condições gerais de utilização. A alteração considera-se aceite pelo titular se este no prozo de dez dias, a contar da data de informação, não resolver o presente contrato.

18. As modificações escritas dirigidas pela CPC ao titular serão sempre enviadas para a morada constante da presente proposta de adesão, devendo o titular informar imediatamente a CPC de qualquer alteração da referida morada e, quando registadas presumem-se feitas, salvo prova em contrário no terceiro dia posterior ao do registo ou no primeiro dia útil seguinte se esse o não for.

18.1. A notificação tem se por efectuada se só por culpa do destinatário não for por ele oportunamente recebida.

Declaro que tomei conhecimento das condições gerais de utilização, cuja cópia me foi entregue, e que aceito na totalidade.

Autorizo(amos) que na conta indicada no verso sejam efectuados os débitos que resultem da utilização do cartão, incluindo os eventuais saldos negativos.

O TITULAR DO CARTÃO

OUTRO(S) TITULAR(ES) DA CONTA
